

**POR UMA GEOGRAFIA  
DO PASSADO  
DISTANTE - MARCAS  
PRETÉITAS NA  
PAISAGEM COMO  
MEMÓRIA SOCIAL DAS  
SOCIEDADES  
AUTÓCTONES**

*BY A GEOGRAPHY OF THE PAST  
DISTANT - PRETERITS'S MARKS IN  
THE LANDSCAPE AS AUTOCHTHONOUS  
SOCIETIES'S SPACE MEMORY*

*PARA UNA GEOGRAFÍA DEL PASADO  
DISTANTE - MARCAS DEL PASADO EN  
EL PAISAJE COMO MEMORIA  
ESPACIAL DE LAS SOCIEDADES  
AUTOCTONOS*

**SÉRGIO ALMEIDA  
LOIOLA**

Universidade Federal de Goiás  
UFG

E-mail: sergioaloiola@gmail.com

\* Resultado de pesquisa. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócioambientais, IESA, UFG. Orientação: Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts. Bolsa da CAPES.

**Resumo:** A geografia brasileira tem desconsiderado a dinâmica territorial anterior ao século XVI. Por quê? Durante a investigação desse passado duas constatações se apresentaram: há limitações nas abordagens atuais e *invisibilidades* no discurso acadêmico, reproduzidas por *ideários modernos* e seus corolários na ciência. Do esforço de superar essas limitações resultou uma proposta de abordagem do passado anterior ao século XVI, argumentos iniciais a uma *geografia do passado distante*, que busca nas informações arqueológicas e paleoambientais suas fontes, sob o viés interpretativo da escola arqueológica pós-processual, etnogeografia e história ambiental. Parte da trilogia física, biológica e social da paisagem para investigar tanto a dinâmica ambiental quanto social, entendendo as marcas e a cultura material na paisagem como memória sócioespacial. Na tentativa de realizar análises sócioambientais e aproximar diferentes disciplinas, incorpora princípios de *complexidade* na estruturação de um método complexo que seja capaz de lidar com sistemas de objetos e ações sócioambientais no espaço-tempo.

**Palavras-chave:** história ambiental, etnogeografia, método, complexidade, arqueologia social.

**Abstract:** Brazilian geography has been disregarding the territorial dynamics before 16th century. Why? During investigation of the past we verified two problems. There are limitations in the current approaches and *invisibilities* in the academic language, reproduced by *modern ideases* and their corollaries in the science. Of the effort of overcoming these limitations resulted an proposal to approach the past before 16th century, initial arguments to a *geography of the past distant*, that have in the archaeological information and paleoenvironmental their sources, under interpretation of post-processual archaeological school, ethnogeography and environmental history. With support in the physical, biological and social trilogy of the landscape it investigates the environmental dynamics and social, understanding marks and material culture in the landscape as a space memory. To accomplish social and environmental analyses and to integrate different disciplines this approach incorporates complexity principles in the construction of a complex method, able to dialogue with systems of objects and actions social and with the environment, in the space-time.

**Key-words:** environmental history, ethnogeography, method, complexity, social archaeology.

**Resumen:** La geografía brasileña tiene desconsiderado la dinámica territorial anterior al siglo XVI. ¿Por qué? En las investigaciones de este pasado, dos aspectos surgieron: limitaciones en los enfoques actuales y *invisibilidades* en el discurso académico, reproducido por *idearios modernos* y sus corolarios en la ciencia. Del esfuerzo de superar estas limitaciones resultó una propuesta de enfocar del pasado anterior al siglo XVI, discusiones iniciales a una *geografía del pasado distante*, que tiene en la información arqueológica y paleoambiental sus fuentes, con interpretación de la escuela arqueológica pos-processual, del etnogeografía y de la historia ambiental. Con soporte en la trilogía física, biológica y social del paisaje investiga tanto la dinámica social cuanto ambiental, al presuponer las marcas y cultura material en el paisaje como memoria sócioespacial. En la tentativa de hacer análisis socioambiental y aproximar diferentes disciplinas, incorpora principios de la *complejidad* en el construcción de un método complejo, capaz de ocuparse de los sistemas de objetos y de las acciones socioambientales en el espacio-tiempo.

**Palabra-llave:** historia ambiental, etnogeografía, método, complejidad, arqueología social.

## Introdução

Embora a geografia possua meios para investigar a diversidade sociocultural e o ambiente atual e pretérito, no Brasil os geógrafos relutam em pesquisar a formação sócio-espacial anterior ao século XVI. Por quê? Durante a investigação desse passado três constatações de difícil superação se apresentaram: escassez de trabalhos dedicados ao passado distante; limitações das abordagens e *invisibilidades* no discurso acadêmico.

Apesar desse esquecimento, a arqueologia tem demonstrado que a produção do espaço de vivência é superior a onze mil anos AP<sup>1</sup> na *terra brasilis* (Barbosa, 2002; Loiola, 2004).<sup>2</sup> As pesquisas sugerem a existência de mais de mil sociedades antes do século XVI, cerca de cinco milhões de habitantes, centenas de línguas, tanto no centro quanto no litoral, cuja complexidade contraria os relatos etnográficos do século XIX (Prous, 2006; Guidon, 2006; Wüst, 1990, 1983; Funari, 2002; Gonzalez, 1996)

Essas informações, a existência atual de centenas de etnias e os anseios desses povos remetem à questão central nos estudos do passado distante: o que havia antes de 1500 na *terra brasilis*? Na tentativa de superar limitações a esse tema, foi iniciada a construção de uma *abordagem* do passado anterior ao século XVI, denominada aqui de *geografia do passado distante*, resultado da aproximação entre arqueologia, geografia e história ambiental, sob uma perspectiva teórico-metodológica *complexa*.<sup>3</sup>

Mais que apresentar argumentos sob o ponto de vista das técnicas e da estruturação do espaço, busca-se ampliar os significados em torno das civilizações autóctones e o ambiente, bem como contribuição destes à formação sócioespacial brasileira, oferecendo marcos históricos e teóricos para aprofundamentos posteriores.

## Invisibilidade Sociocultural no Discurso Moderno e os *Outros*

“Os outros somos nós mesmos.” AUTOR DESCONHECIDO

Na atualidade o padrão científico impõe três limitações às pesquisas orientadas ao passado: invisibilidade no discurso, determinismo histórico evolutivo e o *esquecimento* das sociedades milenares. Esse padrão científico e o sistema produtivo hegemônico se sustentam numa *doutrina* profunda e longeva, originado desde o resgate de valores clássicos na Europa renascentista: o pensamento *moderno* (Hissa, 2002).

Se os sistemas produtivos e científicos se fundam na ideologia moderna, a superação de abordagens na ciência devem, antes, verificar as bases de sustentação desse paradigma (Unger, 1978). Entretanto, um paradigma extrapola as noções de Kuhn (2001). As

<sup>1</sup> AP: Antes do Presente. O presente considerado é o ano de 1950.

<sup>2</sup> *Terra brasilis*: Termo derivado do mito europeu do Paraíso Terrestre associado a tradições Celtas que, segundo Souza (1999), englobava as ilhas Brasil. Conjunto de ilhas nos Açores, no Oceano Atlântico, cujo nome se transformou várias vezes: Brasill, Brazil, Bracil, Braxil, etc., registrado nas cartas de navegação de Pizigano desde 1367. *Terra brasilis* é usado aqui para momentos anteriores ao século XVI.

<sup>3</sup> Referente aos princípios para um paradigma da complexidade de Edgard Morin.

realizações científicas universalmente aceitas, capazes de prover problemas e soluções modelares durante um período, envolvem, além do nível lógico, o semântico e o ideológico (Morin, 1991). Desta forma, almeja-se aqui evidenciar as limitações desse paradigma, já que sua transcendência requer a crítica total ao ideário (Unger, 1978).

Apoiado na tríade: *progresso, pátria e a objetividade de uma razão instrumental*, o pensamento moderno permeia a vida cotidiana. No entanto, o esgotamento de seus valores o põe em crise. Há uma descrença na promessa de *progresso*, pois a tentativa de alcançá-lo aprisionou a sociedade (Maldonado, 2001; Pelbart, 2000), e tem gerado desequilíbrios sócioambientais (Capra, 2001; Gonçalves, 2002; Monteiro, 2003; Lorenz, 1986). Justamente o oposto dos corolários de *igualdade, fraternidade e liberdade*.

As sociedades tradicionais foram impedidas de participar das superestruturas sociopolíticas, e suas culturas desqualificadas ao *desenvolvimento moderno* (Little, 2002; Gonçalves, 2002). A razão se colocou aos desígnios mercadológicos e estatais em detrimento do bem estar social. Simultaneamente, o fragmentário método positivo-cartesiano camufla a teia física, biológica e social do real, ao separar e isolar suas partes, e invisibilizam a diversidade sócioambiental (Morin e Moigne, 2000).

Essa *invisibilização* ocorreu análoga ao que Said (1990) denominou de *orientalismo*: um conjunto de idéias construídas por europeus, ora coagindo, ora distorcendo imagens acerca dos povos árabes, operando no plano literário, do conhecimento e no político a fim de dominá-los. De modo análogo a invisibilidade das sociedades autóctones resultou da *subestimação* cultural, sobretudo durante a expansão mercantil dos séculos XV e XVI, na busca por rotas e ampliação territorial. Nesse período, o eurocentrismo não concebia cultura e civilização fora da “herança” greco-latina renascentista (Lambert, 2001). Sob pretensões econômicas e religiosas inferiorizaram sociedades fora do seu contexto.

Por vezes desconsideraram outros povos como derivações do gênero humano, a fim de legitimar a exploração, sem ferir a moral cristã: “Sabe-se que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyenda negra* da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras *conquistas* e *conquistadores*, que são substituídas por *descobrimientos* e *pobladores*, isto é, colonos.” (Bosi, 2002, p.12). Termos cujo uso corrente distorce a compreensão do que existia no século XVI: um continente povoado por civilizações. Sem saberem suas designações, denominaram de *América*.<sup>4</sup>

Assim, reduziram a *representação* dos autóctones a selvagens, indígenas, bichos, irracionais, atrasada, pobre, inferior, primitiva, rude, bárbara e preguiçosa (Apolinário, 2006; Ratts, 2003, 1996; Benavides, Guidon, 2005; 2001; Lambert, 2001; Moraes, 2000; Wüst, 1999; Ribeiro, 1995), subestimando civilizações nos continentes americanos, africano, asiático, Oceania e na própria Europa (Lambert, 2001). No processo de *colonização*, o “Novo Mundo”, que de novo pouco havia, foi inserido no circuito de acumulação capitalista, fornecendo matérias-primas, mercados e a mão-de-obra por meio da reinvenção de formas

---

<sup>4</sup> Denominação dado a este continente em homenagem ao navegador italiano Américo Vespúcio.

de trabalho compulsórias violentas (Bosi, 2002).

Contudo, mais que *força de trabalho*, as sociedades locais eram dotadas de elevado grau de conhecimento, cultura e organização social, e resistiram. Supondo no início um *encontro* de culturas, como a visão do paraíso da carta de *Caminha*, este logo passaria ao *confronto*, com o estabelecimento de uma *fronteira entre civilizações*.

Caminha elogiou às sociedades encontradas: “Eles porem andam muito bem curados e muito limpos e naquilo me parece ainda mais que são como aves ou animais monteses que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo que as mansas, porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não poderia ser melhor [...]”. E prenunciou o que viria: “[...] mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que é salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.”<sup>5</sup>

O salvacionismo e a expansão econômica *moderna* não tardariam a invadir o território, desestruturando as sociedades ainda no século XVI (Wüst, 1999). Os germes trazidos por europeus e guerras internas contribuíram na desestruturação (Diamond, 2001), mas não reduziram a importância das civilizações pré-existentes, cujo *esquecimento* reflete a tentativa de apagar a culpa dos colonizadores, e a lembrança que a nossa sociedade se fez com o sacrifício delas (Guidon, 2005). Dos 25 milhões de habitantes estimados na região do atual México, 15 milhões foram mortos entre 1492 e 1542, reduzidos a um milhão em 1605 (Las Casas, 1552, *apud* Bosi, 2002). No século XVI Montaigne testemunhou:

Quem jamais pôs a tal preço o serviço da mercancia e do tráfico? Tantas cidades arrasadas, tantas nações exterminadas, tantos milhões de homens passados a fio de espada, e a mais rica e bela parte do mundo conturbada pelo negócio das pérolas e da pimenta: mecânicas vitórias. Jamais a ambição, jamais as inimizades públicas empurraram os homens uns contra os outros a tão horríveis hostilidades e calamidades tão miseráveis. (Michel de Montaigne, 1588, *apud* Bosi 2002, p. 22)

Na *terra brasilis* e entorno, no início do século XVI existiam cerca de cinco milhões de habitantes, mais de 1400 grupos étnicos (Nimuendaju, 1944), e 1200 línguas (Rodrigues, 1997). Ciente dessa ocupação, a Coroa portuguesa foi hábil na apropriação.

Já em 1549 o *Regimento* Tomé de Souza de D. João III regulava a criação de *espaços ocidentalizados de servidão: aldeamentos* (Moraes e Rocha, 2001). Essas intencionalidades se acirrariam no século XVIII com as premissas ilustradas de progresso, fraternidade, igualdade e liberdade, as quais fizeram o *salvacionismo* ceder a primazia ao ideal de *civilização*, tutorado pelo Estado (Perrone-Moisés, 1992). Guiadas por esses corolários e a *febre do ouro*, as frentes se expandiram ao *sertão*, em busca de metais, pessoas para escravizar e usurpar o território (Apolinário, 2006).

---

<sup>5</sup> Carta de Pero Vaz Caminha, enviada ao rei português em 1500. In: PAPAVERO, 2002, p.73, p.79.

Embora a Coroa tivesse afirmado numa *provisão* (lei) de 1726 que a liberdade dos povos era um direito natural, ela não seria cumprida. O desejo de expropriar e *eugénizar* se evidenciaram nas leis pombalinas *indigenistas* de *integração*. A lei do Diretório de 1758 reconhecia os autóctones como *vassallos de El Rei*, mas os declarou em estado de menoridade civilizacional, ordenando *cercos de guerra e paz* na tentativa de confiná-los nos *aldeamentos* (Apolinário, 2006)

Tal qual o litoral, no interior predominavam sociedades agricultoras-ceramistas fixas (Wüst, 1990), que atuaram com habilidades defensivas, ora aliadas aos vizinhos em guerras contra os europeus, ora em acordos de paz com estes. Quando expropriados, utilizaram táticas bélicas flexíveis. “A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os indígenas são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os indígenas ela parece ser costumeira.” (Cunha, 1992, p. 18)

A inexistência de um poder central não impediu o estabelecimento de alianças e acordos políticos *horizontalizados* (Prous, 2006). Análises evolucionistas falham no entendimento dessa *estruturas espaciais de poder* por insistirem na comparação com a hierarquia estatal, comumente encontrada em sociedades ocidentais.

### **Da Fronteira Cultural à Demonização do Ambiente**

O *estranhamento* não se deu somente no plano cultural. Referenciadas em paisagens e climas temperados, as descrições europeias do ambiente tropical oscilaram entre *paraíso* e *inferno* (Teixeira e Papavero, 2002; Prestes, 2002). O paraíso descrito por Caminha foi convertido a “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas” na visão do Jesuíta André João Antonil, em 1711 (Souza, 1999, p. 79).

Em parte, a idéia de “inferno verde” decorreu do etnocentrismo europeu em relação aos diferentes meios de vida nos ambientes tropicais. Por muito tempo os cientistas guiaram-se pelo senso comum, considerando as economias indígenas como pobres ou atrasadas, em vez de considerá-las apenas diferentes da sua economia capitalista e urbana. (Funari e Noelli, 2002, p.31)

É provável que esse paradoxo tenha se sustentado na afirmativa aristotélica de inviabilidade da vida nos trópicos. A evidência empírica oferecida pela diversidade biológica nos trópicos não teria sido fortalecida por um corpo teórico que apagasse de a noção aristotélica (Prestes, 2000), pois predominava a idéia de *inadequabilidade* tropical ao ser humano (Almeida, 2003; Doles e Nunes, 1992). O que pode ter induzido os relatórios de naturalistas no século XIX. Saint-Hilaire considerou as sociedades autóctones *selvagens* e a vegetação, embora tida como exuberante, foi dita *inútil*:

Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras talvez encontrem neles informações de grande interesse sobre essas vastas províncias, provavelmente transformadas, então, em verdadeiros impérios. E ficarão surpreendidas ao verificarem que, nos locais onde se erguerão então cidades prósperas e populosas, havia outrora apenas um ou dois casebres que pouco diferentes das choças dos **selvagens**; [...]; que, em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e de árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante, mas **inútil**.<sup>6</sup> (Saint-Hilaire, 1975, p. 14)

Nessa linha, a teoria do *degeneracionismo* de Von Martius (1845), e pensadores europeus, considerava o trópico desfavorável à humanidade. O clima quente e úmido das florestas induziria ao desordenamento sexual, criação de etnias e línguas, degeneração cultural e moral, levando à extinção. O ser humano foi reduzido a um subproduto ambiental: “Também podemos observar que, se as teorias explicativas encontram-se sempre imbricadas na sociedade que as origina, está claro que o determinismo ambiental insere-se em certa visão de mundo colonialista.” (Funari e Noelli, 2002, p.52)

Longe de serem *boas* ou *más*, as sociedades autóctones interferiram nas florestas com o manejo ambiental, desmatando e queimando para plantar, domesticaram espécies, caçavam, pescavam, guerreavam para conquistar, defender territórios, capturar mulheres, crianças, ou inimigos para serem incorporados (Prous, 2006). Essa é a sociedade real desse passado, resultante do convívio com seu ambiente há milênios.

### **Fronteira entre Civilizações, uma Fronteira de Fronteiras**

Se a fronteira designa um ambiente onde sujeitos, ideários, culturas, imagens e interesses se digladiam por territorialidades (Martins, 1997), a invasão colonial gerou uma *fronteira entre civilizações*; ainda não estancada, composta inicialmente pelas civilizações ocidental e autóctone, posteriormente a africana (Loiola e Ratts, 2006). Do seu desdobramento derivaram as fronteiras da mineração, agro-pastoril e demográfica, configurando-se numa *fronteira de fronteiras*.<sup>7</sup>

Produto da apropriação mental de base empírica, essas fronteiras não só tiveram *forma* visível, como resultaram tanto da intencionalidade de seus atores (Loiola e Ratts, 2006), quanto das representações disciplinares por aqueles que a investigam (Hissa, 2002); no plano das idéias, crenças, saberes, culturas, método de pesquisa e do desejo de negação do *outro*, de modo que os conflitos, dilemas e contradições da fronteira sócioespacial são corolários de *fronteiras imaginárias*, de grande fluidez e abstração.

---

<sup>6</sup> Grifo nosso.

<sup>7</sup> Sugerida por Luiz Sérgio Duarte da Silva em palestra no auditório do FCHF, UFG, 30/6/2005.

Desta forma, ao adentrar o continente, os europeus já continham os pressupostos do confronto. Sob olhar cristão medieval, o ambiente e a cultura dos *outros* não foram considerados dignos, abrindo caminho à imposição da fé cristã, saque, escravização, expropriação e tentativas de re-ocupação, sob signos modernos.

Tem sido tradição da geografia lidar com a fronteira sócioespacial. Como é o caso da contribuição de Frederick J. Turner acerca da dinâmica da fronteira sobre oeste dos EUA no século XIX. Porém, a geografia brasileira carece de teorias de e das *fronteiras* adaptadas ao nosso contexto, que incorporem princípios da complexidade de Morin (2001), dialoguem com outras disciplinas e contemple a diversidade etnocultural, tratando os contextos social, ambiental, histórico e econômico de forma integrada.

### **Reprodução da Invisibilidade Sócio-cultural no Discurso Acadêmico**

Tributárias da consolidação dos ideários *modernos* e da mobilidade de suas fronteiras (Hissa, 2002), algumas representações invisibilizam as sociedades autóctones no meio acadêmico. Contudo, tem sido crescente a crítica. Benavides (2001) alerta para o discurso homogeneizador das diferenças da *mestiçagem*<sup>8</sup>, Lambert (2001, p.164), Guidon (2005) e Wüst (1999) apontam a conotação pejorativa do termo *índio*, Ladouceur (1992) e Little (2002) criticam o ideal de *nação única*.

É inegável a miscigenação ocorrida no Brasil. Porém, ao contrário do que previam Freyre (1997) e Ribeiro (1995), difusores da *mestiçagem*, esta não homogeneizou as diferenças etnoculturais (Bosi, 2002; Ladouceur, 1992, 2003; Ratts, 2003, 1996). Existem 227 sociedades autóctones, 340 mil habitantes em aldeias, cerca de 400 mil em cidades, falando mais de 200 línguas (FUNAI, 2002; ISA, 2004; IBGE, 2000; Figura 1).<sup>9</sup> Além de dezenas de grupos de origem africana, asiática e europeia.

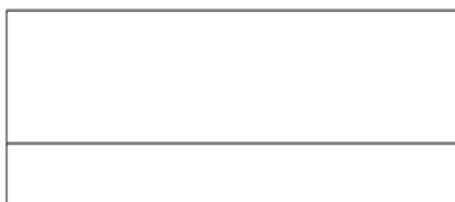
A Figura 1 sugere que a invisibilidade étnica muitas vezes é camuflada na metodologia. Quando a FUNAI procura por etnias nas aldeias, a Região Sudeste apresenta demografia pouco expressiva e as Regiões Nordeste, Sul, Centro Oeste e a Região Norte assistem redução de 50% na população. Mas se indagada a auto-declaração no Censo geral, caso do IBGE (2000), a representatividade absoluta autóctone cresce distribuída em todo o território.

Esses grupos remanescentes têm mantido sua cultura e modos de vida (Little, 2002). Não se identificam com a *etnia brasileira*, nem aceitam a anulação de sua diversidade. Mas desejam relativa autonomia territorial sem deixar de pertencer ao território brasileiro. Anseiam por reconhecimento de suas territorialidades, historicidades e cultura: “Ninguém respeita aquilo que não conhece. Precisamos mostrar quem somos, a força, a beleza, a riqueza da nossa cultura. Só assim vão entender e admirar o que temos” (Wabua Xavante, 2004). Não oferecem, portanto, ameaça ao Estado nacional.

---

<sup>8</sup> Raça cósmica superior, proposto inicialmente por Vasconcelos no século XIX, México, constituída pela homogeneização das matrizes autóctones americana, africanas e europeias (Benavides, 2001).

<sup>9</sup> ISA: Instituto de Estudos Sócioambientais.



**Elaboração:** Loiola, 2007. Fontes: Censo demográfico IBGE, 2000; FUNAI, 2007.

A Figura 1 sugere que a invisibilidade étnica muitas vezes é camuflada na metodologia. Quando a FUNAI procura por etnias nas aldeias, a Região Sudeste apresenta demografia pouco expressiva e as Regiões Nordeste, Sul, Centro Oeste e a Região Norte assistem redução de 50% na população. Mas se indagada a auto-declaração no Censo geral, caso do IBGE (2000), a representatividade absoluta autóctone cresce distribuída em todo o território.

Esses grupos remanescentes têm mantido sua cultura e modos de vida (Little, 2002). Não se identificam com a *etnia brasileira*, nem aceitam a anulação de sua diversidade. Mas desejam relativa autonomia territorial sem deixar de pertencer ao território brasileiro. Anseiam por reconhecimento de suas territorialidades, historicidades e cultura: “Ninguém respeita aquilo que não conhece. Precisamos mostrar quem somos, a força, a beleza, a riqueza da nossa cultura. Só assim vão entender e admirar o que temos” (Wabua Xavante, 2004). Não oferecem, portanto, ameaça ao Estado nacional.

### **Esquecimento da Diversidade Histórico-cultural na Geografia**

Diante da reprodução dos discursos invisibilizadores, à geografia brasileira cabe indagar se a abordagem centrada em processos econômicos das fronteiras não estaria limitando ao uso instrumental? De fato, no Brasil, os geógrafos têm se preocupado mais com os aspectos econômicos (Martins, 1997; Moreira, 2000; Ladouceur, 1992; Gonçalves, 2002), por dois motivos: um político-ideológico e outro por deficiências teóricas (Chaveiro, Loiola e Oliveira, 2005). Vejamos a duplicidade desse problema.

De um lado, no plano político-ideológico e a idéia de territórios *vazios* estiveram relacionados à institucionalização da geografia no final do século XIX e início do XX (Machado, 1995). Desde então, essa ciência esteve empenhada num projeto estatal de integração territorial, muito mais que compreendê-lo. Esse projeto fundamentava-se no ideal positivo de August Comte, de *nação homogênea* e *centralidade* do poder, o qual influenciou Vargas e Kubitschek na “*marcha para o oeste*” (Bosi, 2002).

Quanto à representação de *espaços vazios*, no passado, e em certa medida hoje, a produção acadêmica se concentrou no litoral (Vidal e Souza, 1997; Leonídio, 2001). De lá, sem conhecer a diversidade do território reproduziram-se imagens europeizadas de sertão “vazio” e diversidade ecológica. Contribuindo para que as políticas frequentemente induzissem conflitos e/ou degradação ambiental, por desconhecimento dos sujeitos, suas historicidades, aspirações e o ambiente da ação.

De outro lado, está a carência teórica, resultante em parte, de interpretações equivocadas das ciências sociais da teoria da evolução, ao acreditar que padrões pudessem ser preditos (Morin e Moigne, 2000; Gonçalves, 2002; Lorenz, 1986; Capra, 2001). Assim, por teorias derivadas, o desenvolvimento é pensado em etapas obrigatórias e universais, referenciadas nas histórias dos países do *norte*, de climas temperados, outros ambientes, culturas e interesses (Souza, 1997).

Muitas dessas concepções derivam da teoria do *degeneracionismo* de Von Martius descrita. Em 1845 Martius publicou sua teoria no ensaio “Como se deve escrever a História do Brasil” e, com ele venceu um concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tal fato evidenciou a influência sobre os intelectuais, cujo alcance perdurou até a década de 1970. Entre os seguidores estiveram Darci Ribeiro, e outros, sobretudo em instituições, como a FUNAI (Funari e Noelli, 2002).

A obra intitulada *Handbook of South American Indians* (1946-50), organizada por Julian Steward reproduziu essas idéias deterministas. Na arqueologia Betty Megers seguiu Stewart. Em *América Pré-histórica* (1978) Megers atribuiu a diferença de desenvolvimento entre os Estados Unidos e o Brasil ao ambiente.

Alimentam esses equívocos alguns relatos deixados por naturalistas, que por vezes geraram observações ora simplificadoras, ora deformadoras (Doles e Nunes, 1992, p. 83). Entre eles cita-se Silva e Souza (1849) [1849], Spix e Martius (1816 a 1819)[1981], Luis D'Alincourt (1818)[1975], Cunha Mattos (1824)[1874], Pohl (1818-1820) [1976], Saint-Hilaire (1819)[1975], Burchell (1827-1828)[Ferrez, 1981], Gardner (1839-1840)[1975] e Castelnau (1843)[2000]. Contudo, no Brasil central,

As pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos vinte anos em Goiás e no Mato Grosso modificaram consideravelmente esta visão tradicional que foi orientada por um forte viés evolucionista e que era tão conveniente para justificar o extermínio destas populações e a ocupação de suas terras. (Wüst, 1993, p. 100)

Influenciada por esses ideários, a geografia brasileira retratou mais as redes do que o conteúdo: *os sujeitos e o ambiente* (Ladouceur, 1992; Freitas, 2003; Souza, 1997; Moreira, 2000; Martins, 1997; Gonçalves, 2002), e considerou a produção do espaço somente a partir do século XVI (Loiola e Ratts, 2005). O *esquecimento* desse passado no ensino e pesquisa minimizou as contribuições dos autóctones na formação territorial, perpetuando os mitos de selvagens e nômades sobre seus antepassados.

Na atualidade o determinismo ambiental tem sido contrariado pelos vestígios arqueológicos e diversas áreas atentas à justificativa da exploração da América Latina, travestida de destino ecológico (Funari e Noelli, 2002). Além do esquema monolítico *barbárie ou civilização*, análogo à representação céu-inferno, ocorreram múltiplas possibilidades, entre elas a *formação sócio-espacial igualitária da terra brasilis*.<sup>10</sup> É preciso construir meios para compreender diferentes temporalidades do espaço.

### **Da Invisibilidade Sócio-cultural Moderna à Visão Complexa**

“O simples não existe, há o simplificado” GASTON BACHELARD

Se os métodos de pesquisa desqualificaram ambientes e culturas milenares, cabe re-escrever essas histórias (Benavides, 2001). Todavia, os sujeitos de pesquisa precisam fazer escolhas diante das limitações. Sob o pragmatismo moderno a perspectiva mecânica

---

<sup>10</sup> Caracterizada por domínio territorial e laços de poder horizontalizados tanto na gestão, organização quanto na defesa; divisão social do trabalho, modo de produzir e viver voltados a auto-suficiência, de base agrária, associados a valores culturais de não- acumulação; pouca concentração de poder e hierarquia; flexibilidade e laços socioculturais no plano interno e externo com grupos de diferentes etnias, línguas e bases econômicas. Ver Prous (2006), Guidon (2003; 2005) e Loiola, 2007.

e fragmentária da realidade fracionou o saber (Morin e Moigne, 2000); promoveu a cristalização do determinismo cultural, social, psicológico, econômico, ambiental, teleológico e o evolutivo (Gomes, 1996). Reduziu assim a capacidade de apreender as possibilidades históricas, aprofundando invisibilidades sócioambientais.

Reaproximar ciências da natureza, humanas e filosofia é um meio para superar essas limitações (Dosse, 2003). Tais aproximações adquirem maior coerência quando subsidiadas pelos *princípios de complexidade*, entendendo o real como uma teia de interações físicas, biológicas e antropossociais de densidade temporal (Morin, 1984, 2000). Nesse dilema fronteiro encontra-se a geografia entre o “paraíso” simplificador e a complexidade (Passos, 2004; Hissa, 2002; Souza, 1997; Castro, 1995).

Se por um lado predomina na geografia o paradigma simplificador, por outro se pode afirmar que o desenvolvimento de abordagens complexas já se *territorializaram*, subvertendo a ordem vigente (Chaveiro, Loiola e Oliveira, 2005). É nesse contexto que a abordagem a seguir busca estabelecer diálogos.

### **Em Busca de uma Geografia para lidar com o Passado Distante**

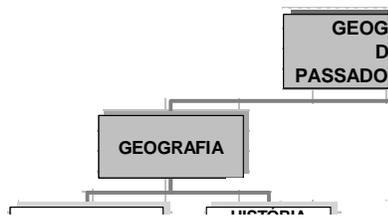
Não é difícil reconhecer a carência na geografia de métodos que lidem com a trajetória temporal de suas categorias analíticas. Como alternativa, busca-se estruturar uma abordagem que aproxime geografia, história ambiental e arqueologia na investigação do passado (Figura 2 - página 276).

Esses são argumentos iniciais a uma *geografia do passado distante*, que tem nas informações arqueológicas e paleoambientais suas fontes. Parte-se da trilogia física, biológica e social da paisagem, para investigar a dinâmica ambiental e social. Na tentativa de realizar análises sócioambientais e integrar diferentes disciplinas, incorpora princípios de *complexidade*. Para tanto, visa à estruturação de um método complexo, capaz de perceber com sistemas de objetos e ações sócioambientais no espaço-tempo.

### **O método da Totalidade como base para uma abordagem complexa**

Apesar da geografia lidar com o meio físico, biológico e social, a divisão das disciplinas e a precariedade dos métodos para integrá-las reproduz uma falsa dicotomia entre geografia física e humana, camuflando as teias dos próprios objetos (Passos, 2004; Monteiro, 2003; Mendonça, 2001; Moreira, 2000).

Um enfoque conjuntivo encontra correspondência no método da *totalidade* de Santos (1985), o qual propõe investigar o real por meio de categorias analíticas: *forma, processo, função e estrutura*, reintegrando-as na *síntese*. No entanto, as categorias do método da Totalidade carecem de tratamento para dialogar com o todo indiviso da teia física, biológica e antropossocial de uma realidade, deliberadamente *analisada*. Aqui se encontra o arquétipo, cujo aprofundamento requer esforço coletivo.



**Figura 2:** Proposta de abordagem geográfica do passado distante.

### **Sistema de objetos e ações no espaço-tempo**

Nenhum aspecto das sociedades se impõe tanto quanto o espaço de vivência, presente desde tempos imemoriais (Santos, 1979). Por ser lugar da escrita da história, o espaço é marcado pela dinâmica social ao longo do tempo. Marcas cujos significados são atributos dos momentos vividos pelas sociedades. Assim, as interpretações de fenômenos geográficos necessitam de compreensão temporal.

É a paisagem a guardiã das sucessivas temporalidades: “O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser resultado da acumulação da atividade de muitas gerações.” (Santos, 2004, p. 53). Processos sociais e naturais refuncionalizam a paisagem. No entanto, *parcelas* residuais permanecem, tornado-a um acúmulo de tempos, permitindo resgatar parte dos atributos de uma formação sócio-espacial de outrora. É disso que se alimenta a arqueologia ao entrar em contato com os vestígios fósseis, artefatos, construções e pinturas rupestres.

A *forma* dessa cultura material na paisagem é parte da herança de processos históricos, cujos sistemas de significados, objetos e ações permitem caracterizar formações sócio-espaciais, interpretar parte da *função* e *estrutura* dos *elementos*, bem como inferir sobre os *processos* (Santos, 2004, 1996, 1985, 1979). Pode-se, assim, ir além da geograficização da história e prover uma *interpretação geográfica* do passado.

### **O tempo no espaço: multiplicidade, não-linearidade e anacronia**

Embora não contenha a totalidade sócio-espacial de outrora, objetos e signos da paisagem interferem nas sociedades contemporâneas, que agem sobre formas de hoje e

do passado, constituindo o processo de realização geográfica da sociedade (Santos, 2004, p.60). Ainda que indiretamente, formas pretéritas interagem com as sociedades atuais, de modo que “A inserção da sociedade atual nesse conjunto de formas é um dos mais difíceis problemas epistemológicos. O estudo desses processos pretende-se, ao mesmo tempo, à história e à arqueologia.” (Santos, 2004, p.60), e agora, à geografia.

No ocidente, artefatos do passado adquiriram maior importância após o século XIX, a partir da teoria da evolução das espécies (Prous, 2005).<sup>11</sup> Desde então, de *reliquias* esses objetos assumiram valores históricos, de memória, científicos e econômicos. Se essas formas interagem com o presente, o tempo é atrelado ao espaço.

Mas o resultado real deste argumento é que o tempo precisa do espaço para ele mesmo avançar; tempo e espaço nasceram juntos, junto com a relação que os produz. Tempo e espaço tem que ser pensados juntos, pois eles estão inextricavelmente entrelaçados. Neste caso, a primeira implicação deste ímpeto de considerar a temporalidade/história como genuinamente aberta é que a espacialidade tem que ser integrada como uma parte essencial deste processo da ‘contínua criação de novidade’. (Massey, 1999, p. 274)

Se o espaço tem uma componente empírica, unificar tempo e o espaço requer empirizar o tempo (Santos, 1996). É por meio da técnica que se pode mensurar o tempo imerso no espaço, pois a técnica é um meio constitutivo do espaço e do tempo, tanto no campo operacional quanto percebido, ou subjetivo. A técnica, por meio do trabalho, é um recurso unificador do espaço e do tempo, tornando-os mutuamente conversíveis, historicamente e epistemologicamente, e fornece a possibilidade de empirização do tempo e de qualificar o ambiente (Santos, 1996, p. 44). Desse modo, o espaço de vivência como sistema de ações e objetos é espaço-temporal.

As temporalidades desse espaço-tempo têm componentes anacrônicas, diacrônicas e sincrônicas. Ao se debruçar sobre o passado com questões do presente, volta-se ao presente com o aprendizado do passado, realizando um anacronismo controlado (Loroux, 1992). Já o tempo diacrônico forma-se nas sucessões de momentos históricos, distinguindo o tempo presente e o passado; e o tempo sincrônico ocorre num eixo cujas temporalidades sociais diferem entre si, mas são simultâneas (Santos, 1996). Assim, os lugares só podem ser compreendidos pela interação de sucessões diacrônicas, coexistências sincrônicas e interação anacrônica, numa *totalidade multireferencial*.

Passado e presente podem estar relacionados *anacronicamente*, e ser *complementares* (Loroux, 1992), numa permanente reconstrução do presente, com base na *memória coletiva*, marcas na paisagem e documentais, de acordo com as possibilidades do momento (Reis, 2002; Benavides, 2001; Funari, 1998). Multiplicidade, linearidade e não-linearidade são atributos da história e do espaço social de vivência.

### **Função da forma: Marcas na paisagem como memória espacial da cultura**

<sup>11</sup> Palestra ao Mestrado em gestão do patrimônio na Universidade Católica de Goiás, 2005.

No tempo, a dinâmica cultural comporta-se análogo a um imenso computador de programas autônomos, abertos e inacabados (Morin, 1991). Essa cultura é o espírito que, associado às emoções (alma), dão vida ao ser (Lorenz, 1986); conferindo sentido à existência (Dosse, 2003; Santos, 1996). Espírito (cultura) e alma (emoções) em ação produzem o espaço de vivência. Atuam indissociáveis. Imprimem a experiência humana na Terra, interagindo com o ambiente para atender as necessidades e aspirações (Santos, 1996, 2004). Resultante de ações pretéritas, essas marcas denotam maneiras de se relacionar com o meio, entre si e indicam como o ser se auto-elabora (Claval, 1995).

Impressas na paisagem, as marcas se tornam *matriz* cultural, pois a organização e as formas que estruturam a paisagem transmitem usos e significações às novas gerações (Berque, 2004). Assim, paisagem é também memória espacial da cultura, dá suporte às representações sociais e promove as identificações étnicas e culturais (Loiola, 2007). Sua *forma* traz conteúdos de dinâmicas sócioespaciais pretéritas, as quais adquirem novos significados ante as leituras do presente (Santos, 1985, 1997, 2004). Se há uma geograficidade nessas marcas, a geografia pode ajudar a interpretá-las.

Para a geografia, a arquitetura de aldeias e casas, a distribuição, inscrições, ferramentas, uso do solo, alterações ecológicas, uso da energia demonstram as técnicas e os instrumentos do seu sistema de engenharia; ajudam a revelar a estrutura espacial e política, seus sistemas de referência, rotas, fluxos, práticas espaciais, redes, hierarquias, domínio territorial, demografia, comportamento e a compreender o modo de produzir, organizar e se proteger (Gomes, 1998; Claval, 1997; Santos, 1997, 2004; Berque, 2004).

### **Trilogia e significados da paisagem**

Por ser o lugar central das formações sócioespaciais, a paisagem destaca-se na análise. Sua ontologia informa que além do simbolismo e da memória, nela há processos físicos e biológicos, relativamente autônomos (Cronon, 1996; Freitas, 2003).

Considera-se assim, três grupos de processos interagentes na paisagem: o sociocultural, no qual predominam as atividades sociais, econômicas, culturais e simbólicas (Chaveiro, 2005); o físico, sob uma *fisiologia da paisagem*, com processos morfodinâmicos, suportado por *morfoestruturas* passíveis de serem *compartimentadas* (Ab'saber, 1969), resultante de processos socioculturais, físicos e biológicos. Em terceiro, processos biológicos, ecológicas e biogeográficas, incluindo o gênero humano (Barbosa, 2002). Esse conjunto diz respeito à auto-organização, à cultura, à disponibilidade de recursos, às escolhas e a conservação das marcas.

Assim, a paisagem é o retrato da sociedade e do ambiente no tempo, construída numa interação de trabalho e matéria, sociedade e ambiente, sons, cor, odor e ação (Chaveiro, 2005). Assume dimensões físicas, biológicas e simbólicas ao materializar desejos e aspirações (Santos, 2004), necessitando de uma noção de escala que permita relacionar fenômenos de natureza e amplitudes distintas: uma noção *complexa*.

## Noção de escala na abordagem complexa

Um dos empecilhos à integração da parte ao todo na geografia tem sido a redução da noção de escala a uma proporção geométrica, limitando a percepção sistêmica de um espaço polimórfico, no qual fatos e fenômenos de natureza e tamanhos distintos, aparentemente desconexos, interagem num espaço de referência (Castro, 1995). O que requer, além do recorte temporal e espacial, incorporar a escala como *operador de complexidade*, oposta a noção positivo-cartesiana.

Numa realidade *não-analítica* deliberadamente *analisada*, a parte conserva interações com a totalidade indivisa (Bohm, 2001). Se a parte não possui os recortes epistêmicos, e nem detêm hierarquias e dimensionalidades proporcionais *a priori* (Castro, 1995), a escala resulta de escolhas estratégicas envolvendo a significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos ver. (Giovanni Levi, 1998, p. 203).

O território não contém os recortes de escala, nem é por ela contido (Morin, 1984). Seus *diferentes níveis* temporais e espaciais são representações abstratas de uma realidade não-objetiva (Granger, 1994). É dotado de níveis *diferentes de realidade, complementares e com interações não-locais* (Bohm, 2001; Nicolescu, 2000). Requerendo transformações qualitativas *não-hierárquicas* na análise (Castro, 1995).

Integrada ao todo, a parte contém suas inscrições: a realidade é holográfica (Morin e Moigne, 2000; Bohm, 2001)<sup>12</sup> seja o local, a memória individual e coletiva, bacia hidrográfica, rio, solo, etnia, paisagem, território usado, clima, célula “tronco”, espécie, região, sociedade ou indivíduo. Nela importa relevar a sistemicidade, a multidimensionalidade dos fenômenos e fatos que se imbricam numa teia de densidade temporal, necessitando de abordagens que estão entre, através e além das disciplinas (Nicolescu, 2000). Todavia, as limitações derivam mais da forma de perceber, compreender e conceber o real e da utilização dos instrumentos teóricos que dos aparelhos de medida, do objeto e suas especificidades (Bohm, 2001; Capra, 2001).

Assimilar a escala por referenciais de complexidade requer entendê-la como estratégia metodológica para perceber, conceber, compreender, relacionar, diferenciar, reunir e representar o objeto na dinâmica do espaço-tempo, verificando permanências e rupturas (Castro, 1995). Suas propriedades incluem ordem-desordem, não-linearidade e linearidade, micro e o macro, complexidade e caos (Souza, 1997). Exige abstrair atributos além da *forma*. Aproximar dados empíricos, *mensuração indireta*, teorias e categorias abstratas para observar e compreender um todo relacional.

Desse modo, a parte se aproxima cada dia mais ao *plenum* do filósofo grego Zenão (Bohm, 2001). Entretanto, requer atenção aos geógrafos: em que medida as inscrições do todo integram e interagem com a parte analisada? Como operacionalizar pesquisas com um objeto espaço-temporal *polimórfico*?

---

<sup>12</sup> Em uma imagem holográfica cada parte, ou pixel, contém informações da imagem como um todo.

### **Arqueologia como fonte de pesquisa na geografia**

A tradição oral das sociedades autóctones na *terra brasilis*, a distância no tempo e as especificidades ambientais requerem desenvolvimento teórico metodológica específico da geografia e demais ciências para interpretar esse passado. Nesse sentido, na atualidade, mais que fornecer subsídios à arqueologia, é necessário realizar uma abordagem geográfica com maior nível de abstração, aproximar ciências afins sob princípios de complexidade e construir entendimentos geográficos abrangentes acerca das sociedades e seus territórios em conjunto com a dinâmica ambiental na *terra brasilis* no longo tempo.

É a partir dos vestígios revelados pela arqueologia, dos estudos paleoambientais e dos registros etnográficos que se pode confirmar e interpretar a complexa dinâmica sócioambiental anterior ao século XVI (Wüst, 1999). Esses vestígios são fontes não só para a arqueologia, mas biogeografia, paleontologia, paleantropologia, etnobotânica, etnoastronomia, etnopedologia, etnomatemática, *geografia* e outras ciências que lidam com esse passado. Há rica fonte de pesquisa divulgada pela arqueologia em relatórios, teses, dissertações, revistas, artefatos em museus, bem como um arcabouço teórico-metodológico desenvolvido na geografia, história ambiental e arqueologia.

Essas informações resultam de interpretações arqueológicas, abstraídas de fonte primárias de difícil acesso, exigindo rigor técnico no resgate. Dadas as características de umidade e temperatura elevada, a cultura material se degrada rápido (Prous, 1992). Sementes, artefatos de madeira, restos alimentares são encontrados geralmente em abrigos cobertos e secos, já que o intemperismo acelera a atividade bioquímica. Esse tipo de deterioração predomina sobre a cultura material dos ancestrais dos autóctones.

Apesar dessas limitações, métodos arqueológicos contemporâneos permitem extrair muitas informações. Dos esqueletos encontrados são inferidos costumes, sexo, filogenia, idade, características físicas, patologias, tipo de trabalho e alimentação (Prous, 2006). Dos restos de caça apreende-se o preparo dos alimentos, as técnicas de caça, os costumes e preferências; e dos restos vegetais conhecer as espécies domesticadas, as formas de coleta, plantio e período de colheita.

Os artefatos de pedra, osso, cerâmica e madeira fornecem características tecnológicas do grupo e a comparação com outros grupos vizinhos. As análises químicas e de microscopia revelam os materiais empregados. A arte rupestre (grafismos, pinturas e gravuras), seja em paredes ou pequenos objetos, contém signos que possibilitam especular o simbolismo, temas, ritmos, contexto, as técnicas, comportamento, territorialidade etc funções (Guidon, 2005, 2006). O clima, relevo, ciclos sazonais, fauna, flora e hidrografia são variáveis no tempo e influenciam as sociedades (Cronon, 1996; Freitas, 2003); permitem supor o potencial ecológico e a adaptabilidade (Barbosa, 2002), a criatividade e *escolhas* culturais (Funari, 2002).

Em geral, a cultura material é “guardada” por processos de sedimentação, cuja estratigrafia é correlata a climas e ambientes predominantes. Em condições especiais

pode ocorrer no interior dos sedimentos a mineralização por substituição das substâncias, ou fossilização. Contudo, muito além desses objetos, a arqueologia contemporânea se preocupa com os aspectos espaciais, a *estrutura* do sítio ou conjunto de sítios, a fim de resgatar a vida cotidiana, a divisão do trabalho, a distribuição demográfica e a exploração do território (Prous, 2006).

Para tanto, verifica a implantação no relevo, os sistemas de abastecimento e de engenharia, a posição dos objetos, a localização do sítio, a arquitetura e as diferenciações intra-sítio; considera *comportamentos* que geraram a cultura material: cosmologia, divisão de gênero, forma de trabalho, técnica, ideologias e as estruturas sócio-políticas. Pode-se assim inferir a diferenciação social, a estruturação, as relações externas e estratégias adotadas diante das condições ambientais (Wüst, 1999).

Ao utilizar essas informações como fonte é preciso observar que culturas arqueológicas não só diferem da noção de cultura nas ciências sociais em geral, como não são suficientes para abarcar a realidade em estudo (Wüst, 1999), já que geralmente são *atributos metodológicos* classificatórios para levantamento (Prous, 1999).

Desse modo, sugere-se partir tanto quanto possível da demanda do presente sob quatro pressupostos (Santos, 1997; Maia 2005;<sup>3</sup> Ferro, 1979): 1. Marcas na paisagem deixadas por processos socioculturais pretéritos são memória espacial de culturas (Berque, 2004; Loiola, 2007). 2. A produção do espaço de vivência ocorre há mais de 10.000 anos na *terra brasilis* (Guidon, 2006; Loiola, 2004; Barbosa, 2002). 3. Etnia refere-se necessariamente a um *lugar*, ou espaço de referência (Little, 2002; Ratts, 2003). Por fim, recomenda-se utilizar correlações etnológicas com etnias atuais.

Procurar significados que tenham conexão com a realidade presente, traz maior objetividade à investigação de sujeitos históricos com emergente visibilidade política (Benavides, 2001). Assim, as marcas na paisagem foram, e são, co-produtos espaço-temporais dos antepassados de sociedades vivas entre nós, à espera de quem lhes atribua novos significados. Contudo, ao utilizar informações arqueológicas, é preciso estar atento às escolas arqueológicas e o significado por elas atribuído à cultura material e, simultaneamente, buscar pontos de convergências com essa ciência.

### **Compatibilidades entre discursos geográficos e arqueológicos**

A geografia tem fornecido importantes estudos especializados do passado como paleoclima, geomorfologia, pedologia etc. No Brasil existem diversos centros e trabalhos com tradição de pesquisas físicas, entre os quais os estudos geomorfológicos de Aziz N. Ab' Saber e Antônio Christofolletti e climáticos de Carlos A. F. Monteiro. Esses estudos são fundamentais à investigação arqueológica.

No entanto há na geografia carência de pesquisas relacionados as sociedades autóctones e o ambiente momentos anteriores ao século XVI, numa aproximação direta

---

<sup>3</sup> Prof. Carlos Maia, em aula ao mestrado em geografia, IESA, UFG, primeiro semestre de 2005.

com a arqueologia. Entre os poucos trabalhos estão o de Albuquerque (1990), voltados aos depósitos correlativos, discutindo a participação da geografia na interpretação arqueológica; e Kashimoto (1992), a qual investigou a influência dos aspectos geográficos no estabelecimento das populações humanas. Fora do Brasil não é difícil encontrar temas com essa aproximação, como é o caso de Waters (1992), Chambers (1994), Hodder (1991) e Pimenta (1996).

No campo da geografia cultural a aproximação teve ênfase a uma arqueologia da paisagem. Na escola americana Carl Sauer (1998), no início do século XX, resgatou estudos corológicos, destacando a individualização e diferenciação das *paisagens culturais* sauerianas, e Wagstaff (1987, 1991) aproximou geografia e arqueologia dos estudos culturais e da paisagem. São igualmente conhecidos os trabalhos da geografia cultural renovada, resgatando interações entre a paisagem e a cultura, a partir da década de 1980: Claval (1995), Retaille (1995), Berque (1984) na escola francesa e Cosgrove (1998) na escola inglesa.

O recuo no tempo dessa aproximação não poderia estar distante. Consolidada a partir do interesse em estudar a cultura material do passado, a arqueologia teve desenvolvimento recente no Brasil e no globo. Data do final do século XIX, dedicada ao conhecimento descritivo e pontual (Alves, 2002). Configurou-se como acadêmica após meados do século XX, mas já traz relevantes informações, contribuições teóricas, técnicas e metodologias (Prous, 1999). Entretanto, sofre com a separação de ciências afins e o método positivo-cartesiano, e busca a reaproximação com a história, antropologia, sociologia, geologia, geografia etc (Reis, 2002; Benavides, 2001).

A arqueologia aborda a vida cotidiana, atribuindo importância à interação cultura-ambiente; dado ao afastamento temporal de seu objeto (Prous, 1999). Possui metas e recursos similares às ciências humanas. Procura entender as adaptações, desenvolvimento, funcionamento e representações simbólicas da sociedade necessitando das ciências da terra, da vida e exatas para tratar a cultura material (Reis, 2002).

Entretanto, as interpretações arqueológicas não são definitivas por usarem métodos mais precisos, vez que representam as possibilidades do momento (Prous, 2006). Como em todo conhecimento científico, constrói representações interpretativas do real (Granger, 1994), não sendo suas teorias espelhos de uma realidade objetiva, pois são co-produtos do espírito humano e das condições sócio-culturais (Morin, 1991).

No Brasil, as principais escolas arqueológicas atuantes são: histórico-cultural, processual ou nova arqueologia, francesa e pós-processual. Esta agrega a *arqueologia social*, objeto de nosso interesse, por valorizar o indivíduo, ou como poucos indivíduos alteram a sociedade, considerando aspectos ideológicos, políticos e religiosos do passado, e dos arqueólogos na interpretação (Benavides, 2001). Apesar da herança linear do materialismo histórico dialético, a arqueologia social trouxe contribuições às ciências sociais em toda América Latina, ao ponderar a ação dos arqueólogos enquanto construtores do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura e gênero nas questões formuladas.

Preocupa-se mais com o destino histórico do continente, que os aspectos tipológicos e cronológicos da cultura material.

Na arqueologia, de forma similar à geografia, a paisagem e a análise espacial são centrais em diversas abordagens. Boado (1999) se dedica a uma arqueologia da paisagem, com base em três aspectos: o ambiente e o histórico biogeográfico; em seguida, busca na paisagem *sinais* que permitam caracterizar padrões de uso, técnicas e formações sócio-espaciais; por último, especula sobre os significados dos objetos encontrados, o simbolismo e as formas de interação ou apropriação da natureza.

Outros trabalhos como os de Wüst (1983, 1991) focam a análise espacial por visão sistêmica. Priorizam estratégias de implantação do relevo, arquitetura, formato e a distância entre aldeias, território, permanência, demografia, divisão do trabalho, uso de técnicas e do solo. Essa perspectiva baseia-se na nova abordagem estadunidense, a qual a visão sistêmica de cultura a considera uma interação de subsistemas de fatores culturais e não culturais (Mello e Viana, 2006). Essa abordagem sistêmica pressupõe subsistemas passíveis de serem analisados. Admite várias estruturas interpretativas das diferenças e similitudes da cultura material, a fim de investigar continuidades e mudanças. É capaz de dialogar com não-linearidade, descontinuidade, o ambiente e a não hierarquização de processos e de estruturas sóciopolíticas.

Assim, as informações arqueológicas dependem do viés interpretativo da pesquisa, pois, o arqueólogo ao pesquisar estende sua vivência para dentro do passado, desvela o presente e projeta o futuro (Reis, 2002), sem sair da realidade (Loroux, 1992).

### **Etnogeografia e História Ambiental a serviço da investigação do passado**

Na geografia há um campo de estudo que permite melhor aproximação com a arqueologia: a *etnogeografia*. Fruto da abordagem cultural renovada pós-1980, seu arcabouço viabiliza a investigação de grupos que tenham grande relação com o ambiente (Retaille, 1995), e permite investigar a diversidade cultural (Claval, 1997), embora não dedicada somente a esses fins. Investiga os sistemas de representação, o espaço e o ambiente, buscando como as culturas “tiram partido da natureza para se alimentar, se proteger contra intempéries, se vestir, habitar etc., modelar o espaço a sua imagem e em função de seus valores e de suas aspirações” (Claval, 1997, p. 114).

Ao supor que os conhecimentos no passado relativos ao espaço, à natureza, à sociedade, ao ambiente e à forma de explorá-lo se diferenciam pouco dos científicos, procura *relacionar* esses saberes, “[...] *analisar* suas bases e seus modos de elaboração e *inventariar* as categorias [...]” que a cultura recorta do real e atribui significado, questionando “[...] como esses conhecimentos são utilizados, reinterpretados, respeitados (ou transgredidos) [...]” (Claval, 1997, p. 113), reproduzidos e transmitidos.

Sua abordagem entende a cultura por três aspectos indissociáveis (Claval, 1997).

1. O sistema de representação, manifestação da sua forma de sentir e perceber o mundo

(cosmologias); 2. Dedicar-se a dimensão coletiva dessa representação, sua comunicação padronizada, ou códigos e normas para reproduzir o conhecimento, que nas sociedades autóctones ocorre por meio da língua, cantorias, mitos, ritos, danças, pinturas e artefatos. 3. Está atenta a cultura dos indivíduos, que é dinâmica e não homogênea, dada às diferenças de gênero, formação e criatividade.

Fruto desse processo cultural criativo, os grupos se diferenciam no espaço e no tempo, e podem ser apreendidos pela etnogeografia na análise de três perspectivas: atividade biológica; a transformação do meio por um conjunto de técnicas e, a cultura como manifestação simbólica em que normas, valores, crenças, cosmologias, códigos e suas significações atuam na organização social e no ambiente (Gomes, 1998). Essas dimensões dão pistas sobre o modo de vida, as relações sociais, a divisão do trabalho, a interação com a paisagem e a estruturação sócioespacial.

Essa abordagem etnogeográfica se enriquece quando associada aos fundamentos da história ambiental, ramo recente da História e História natural. Para a história ambiental, a cultura resulta de interações físicas, biológicas e antroposociais, mantendo uma via de duplo sentido com o ambiente, com reflexos na reprodução do espaço de vivência, deixando marcas na paisagem. (Worster 1984, 1991; Turner, 1990; Cronon, 1996; Freitas, 2003, 2002c). Tanto o ambiente com suas oscilações e ciclos atuam sobre a cultura e as formações sócioespaciais, quanto a cultura constrói objetivação, simbolismos e artefatos, elaborando a paisagem junto com os processos naturais.

Os três níveis de abordagem da *história ambiental* a aproximam da *etnogeografia* e da *arqueologia social*. Um trata da história natural, investigando o histórico biogeográfico dos ambientes (Worster, 1991). O segundo enfoca o plano socioeconômico e político, objetivando as decisões sobre o ambiente na história. Terceiro, no plano cultural, procura saber como um grupo ou indivíduo, percebe, cria valores, ritos, mitos e outras estruturas de significação a partir da dinâmica ambiental.

Aproximar a perspectiva da história ambiental ao da etnogeografia e arqueologia social permite simultaneamente olhar para a sociedade e o ambiente no passado e no presente, sem afirmar os determinismos limitantes descritos. Contudo, um método, ou métodos para transitar entre, através e além dessas perspectivas necessita de aprimoramentos e permanente atualização, que não se fará sem a operacionalização de pesquisas conjuntas por diferentes atores da ciência.

Isso pressupõe que fenômenos físicos, biológicos e antroposociais formem a totalidade complexa da *teia da vida* no tempo, cuja apreensão se viabiliza na conjunção dos ramos especializados (Cronon, 1996; Morin, 1990, 2000; Capra, 2001, Monteiro, 2003, Santos, 1996; Moreira, 2000; Mendonça, 2001). Pois, fenômenos físicos são mais antigos e relativamente autônomos, dos quais derivaram a história da vida, e indissociável desta emergiu a história humana (Morin, 2002). À compreensão dessa história requer reunir e distinguir essa tríade, e não isolar e separar.

## Considerações Finais

A inerência entre espaço e tempo torna o passado distante um vasto terreno a ser investigado na geografia, desde que superadas as limitações modernas que invisibilizam nossos ancestrais. Mais que objetos de museus, a cultura material produzida por essas sociedades representa parte da memória de culturas *vivas*. Frequentemente noticiadas reivindicando o direito à terra, festejando seus mitos em rituais ou como objetos de exploração turística, mas que têm conquistado crescente representação política.

Por meio dessa cultura material a arqueologia tem confirmado não só uma densa ocupação deste continente, como o elevado nível técnico, organização sociopolítica e territorialidades definidas, sobretudo nos trópicos sul-americanos. Afastado da noção mitológica do nomadismo, na formação sócioespacial da *terra brasilis* predominaram sociedades ceramistas-agricultoras sedentárias no século XV. Do mesmo modo, contrariando relatos etnográficos e as previsões deterministas histórico-lineares, ao aumento demográfico não correspondeu a formação de superestruturas políticas centralizadas. Os grupos fizeram escolhas. Construíram seu próprio caminho.

As afirmativas teóricas acerca da inadequabilidade tropical para o desenvolvimento de sociedades humanas não se confirmam no passado distante (Guidon, 2007; Funari 2002). Não só foram nesses ambientes onde se consolidou o gênero humano, como neles se constituíram as primeiras grandes civilizações. De modo que neste continente ocorreu o inverso de hoje: a América do Sul e Central eram desenvolvidas e a América do Norte era periférica e subdesenvolvida.

É enganoso afirmar o descobrimento, início do povoamento e a (re)produção do espaço de vivência somente a partir do século XVI no território brasileiro e neste continente. A produção do espaço de vivência humana nessa porção dos trópicos se dá há mais de 10.000 anos AP. Como seria então a formação sócio-espacial, ou *sócioambiental*, antes do século XVI? Levantar argumentos a essa questão na geografia se mostra promissor, já que arqueologia, geografia e história ambiental não só têm similitudes na linguagem e ciências auxiliares comuns, como construíram convergentes escolas teórico-metodológicas.

Todavia, ao usar o *anacronismo controlado do tempo* cabe desconstruir imagens de feras rudes acerca dos personagens do passado desde o neolítico, dado o grau de sofisticação requerido à elaboração de suas culturas, que não estiveram estáticas. Suas histórias são sagas de continuidades e mudanças do gênero humano. Dessa forma, o termo *pré-história* é inadequado à caracterização das sociedades na *terra brasilis* nos séculos anteriores ao XVI.

Embora orientada aqui às sociedades autóctones, esse olhar ao passado distante não escolhe temas, convida à sua continuidade, aproximar diferentes ciências no entendimento de dinâmicas sócioambientais pretéritas que, de alguma forma, têm reflexo sobre o hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Um conceito de geomorfologia a serviço do Quaternário. *Geomorfologia*, v. 18, São Paulo, 1969, p. 1-23.
- ALBUQUERQUE, Veleda Lucena. *Participação da geografia na interpretação arqueológica*. 217 f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Faculdade de Ciências da Terra. Universidade Federal de Pernambuco, 1989.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria G; RATTS, Alecsandro José Prudêncio (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, p.71-88.
- ALVES, Márcia Angelina. Teoria, Métodos, Técnicas e avanços na arqueologia brasileira. *Canindé*, n. 2, p. 9-51, dez. 2002.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão – política indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.
- BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado*. Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás. Instituto do Trópico Subúmido, 2002.
- BENAVIDES, O Hugo. Returning to the source: social archaeology as Latin American philosophy. *Latin American Antiquity*, New York, v. 12, n. 4, p. 355-370, 2001.
- BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. 2. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 84-91.
- BOADO, Felipe Criado. Del Terreno al Espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del paisaje. In: *Criterios y convenciones en arqueología del paisaje*. Grupo del investigación en arqueología del paisaje. Santiago de Compostela: Ed. da Universidade de Santiago de Compostela, 1999.
- BOHM, David. *A totalidade e a ordem implicada: uma nova percepção da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000.
- CHAMBERS, F. M. (Org.). *Climate change and human impact on the landscape: studies in paleoecology and environmental archeology*. Londres: Chapman and Hall, 1994.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. *As categorias geográficas*. Goiânia: IESA, UFG, 2005. (mimeo)
- \_\_\_\_\_; LOIOLA, Sérgio Almeida; OLIVEIRA, Sandra de Fátima. Insurgências: abordagens transdisciplinares na geografia brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TRANSDIPLINARIDADE, 2., 2005, Vitória. Anais. Cd-Rom.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 89-118.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem,*

- Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p.92-123.
- CRONON, William. The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature. *Environmental History*, n. 1, jan., p. 7-28, 1996.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- D'ALINCOURT, Luiz. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. São Paulo: EDUSP, 1975.
- DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DOLES, Dalísia Elisabeth M; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação e colonização de Goiás na primeira metade do século XIX: A visão dos viajantes europeus. *Ciências humanas em Revista*. Goiânia, v.3, n.1/2, p. 71-118, 1992.
- DOSSE, François. *O império do sentido: humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: EDUFSC, 2003.
- FERREZ, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell*, Rio de Janeiro: Fundação João Moreira: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
- FERRO, Gaetano. *Sociedade humana e ambiente no tempo: temas e problemas de geografia histórica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- FREITAS, Inês Aguiar. História Ambiental e Geografia cultural: natureza e cultura com chaves para o entendimento do nosso tempo. In: Encontro da Comissão sobre o enfoque cultural na Geografia - UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL. Anais... Rio de Janeiro, UERJ, 2003. 1 CD ROM.
- \_\_\_\_\_. A Geografia na construção de uma História Ambiental brasileira. *Boletim Goiano de Geografia*, v.22, n. 2, p. 155-168, jul./dez. 2002c.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família Brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- FUNAI. Disponível em: <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)>. Acessado em: abr. 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo A. e NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- \_\_\_\_\_. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In: *Teoria arqueológica na América do Sul*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. Coleção Primeira Versão.
- LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 204-224.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 1975.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GONZALEZ, Érika Marion Robrahan. A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil central: origens e desenvolvimento. 232 f. Tese (Doutorado em arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- GOMES, Paulo César da Costa. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 31 – 41, jun./jul. 1998.
- \_\_\_\_\_. Racionalismo e legitimidade científica: o caso dos determinismos. In. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.175-191.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A Ciência e as Ciências*. São Paulo: UNESP, 1994.
- GUIDON, Niéde. *Pedra Furada: A Revision*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 2.,

Parque Nacional Serra da Capivara, PI., 2006. Anais “O povoamento das Américas”. Disponível em: <<http://www.fumdham.org.br/simposio/artigos.asp>> Acessado em 05/2007.

\_\_\_\_\_. *et al.* Editorial. *Fundamentos*, v 1, n. 6, mai, 2007. Disponível em: <<http://www.fumdham.org.br/fundamentos6/>> Acessado em: 6/2007.

\_\_\_\_\_. A sociedade igualitária do indígena brasileiro. *O Popular*, Goiânia, 1 jan. 2005. Magazine, p. 3.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HODDER, I. La búsqueda de significados simbólicos en la arqueología y la geografía”. In Claude Cortez (Org.), *Geografía Histórica*. Cidade do México: Instituto Mora, 1991, pp. 134-150.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo demográfico 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: set. 2006.

ISA - Instituto Sócio-Ambiental. Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/karaja/nome.shtm>>. Acesso em: jun. 2004.

KASHIMOTO, Emília Mariko. Geoarqueologia no baixo paranapanema : uma perspectiva geografica de estabelecimentos humanos pre-historicos. 274 f. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LADOUCEUR, Micheline. Índios e negros na geografia brasileira. *Boletim de geografia teórica*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 417-423, 1992.

LAMBERT, Jean-Marie. *História da África Negra*. Goiânia: Kelps, 2001.

LEONÍDIO, Aldamir. O sertão e “Outro lugares”: a idéia de nação em Paulo Prado e Manoel Bomfim. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (Orgs.). *De sertões, desertos e espaços civilizados*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001. p. 21-48.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UNB, 2002. 31 p. (Antropologia). mimeo.

LOIOLA, Sérgio Almeida. Por uma geografia do passado distante. Marcas pretéritas na paisagem como memória espacial das sociedades autóctones. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2007.

\_\_\_\_\_; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Discursos pós-modernos e o enfoque das fronteiras na geografia. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2006, Rio Branco. A Geografia e a Amazônia no contexto latino americano: diálogos, práticas e percursos, 2006. Cd-Rom

\_\_\_\_\_. Ocupação e uso da Região Centro Oeste do Brasil: 11.000 mil anos de espacialização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., Goiânia, 2004. Anais Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI. Cd-Rom

LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

LORENZ, Konrad. *A demolição do homem: Crítica à falsa religião do progresso*. Tradução Horst Wertig. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.309-353.
- MALDODATO, Mauro. *A subversão do ser*. Identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- MARTINS, José de Souza. O Tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 145-203.
- MASSEY, Doreen. Space-time, 'science' and the relationship between physical geography and human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 24, n. 3, p. 261-276, set. 1999.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorografia histórica da Província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.37, 1874.
- MEGGERS, Betty. *América pré-histórica*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MELLO, Paulo Jobim de Campos e VIANA, Sibeli Aparecida Viana. Breve Histórico da Arqueologia de Goiás. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Eds. UCG/ Vieira/ Kelps, 2006, p.19-49.
- MENDONÇA, Francisco. *Geografia física: Ciência humana? Dialética e geografia física estudo da natureza e da sociedade, afinal o que é geografia?* São Paulo: Contexto, 2001.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na geografia do Brasil: a propósito da "validade", espacialização e "pesquisa universitária". *Cadernos Geográficos*, n. 5, p. 7-48, maio, 2003.
- MORAES, Cristina C. P. e ROCHA, Leandro Mendes (Org.). *Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial*. Goiânia: CECAB, 2001.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia da instalação portuguesa no Brasil. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000, p.289-329.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A renovação da geografia no Brasil. 1970-1988). *Geographia*, ano 2, n.3, p. 27-49, 2000.
- MORIN, Edgard. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_ e MOIGNE, Jean-Lois Le. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Método IV. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização*. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
- NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento – Transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, Basarab et al. *Educação e Transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, 2000.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. Edição Fac. Similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- NOGUEIRA, Salvador. De olho no céu. *Scientific American*. Edição especial: Etnoastronomia, n. 14, p. 6-9, 2006, s/d.
- PASSOS, Messias Modesto. O índice de vegetação (NDVI) e a pirâmide de vegetação

- Abordagens complementares aplicadas ao estudo do cerrado brasileiro. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., Goiânia, 2004, Anais Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI.
- PELBART, Peter Pál. Da claustrofobia contemporânea: sobre o fim da exterioridade no capitalismo tardio. In: *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000, p.33-46.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Livres e escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretária Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.
- PIMENTA, José Ramiro. *Geografia e Arqueologia: uma epistemologia comparada*. Porto: Figueirinhas, 1996.
- POHL, J. Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.
- PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. Definição e histórico da arqueologia. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da terra brasílica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, p. 19 - 34.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- RATTS, Alecsandro José Prudêncio. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria G; RATTS, Alecsandro José Prudêncio (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p.29-48.
- RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Fronteiras invisíveis: Territórios negros e indígenas no Ceará. Dissertação (Mestrado em geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996.
- REIS, José Alberione. Prolegômenos sobre teoria na arqueologia. *Diálogos*, v. 3, n. 6, 2002. Disponível em <[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6\\_atg6.htm](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_atg6.htm)>. Acesso em: mar. 2005.
- RENFREW, Colin. Revolucionário olhar sobre a expansão Celta. Dossiê Celta. *História viva*, São Paulo, ano 1, n. 7, p. 40-43, maio, 2004.
- RETAILLE, Denis. Ethnogeographie: naturalisation des formes socio-spatiales. In: CLAVAL, Paul (Org.). *Ethnogeographies*. Paris: L'Harmattan, 1995, p.17-26.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.
- ROBERTS, Neil. *Holocene: na environmental history*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- RODRIGUES, Ayrton Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- SAID, Edward. O âmbito do orientalismo. In: SAID, Edward. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 41-119.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975.
- SANTOS, Milton. Da sociedade à paisagem: O significado do espaço do homem. In: SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: EDUSP, 2004, p.53-62.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

- \_\_\_\_\_. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979, p.9-27.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, pp. 12-74.
- SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria G; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p.261-284.
- SPIX, J. e MARTIUS, C. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1981 (3 vols).
- SOUZA, Laura de Mello e. Riquezas de impiedades: a sina da Colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 p.21-85.
- SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.43-87.
- SOUZA, Luis Antonio da Silva e. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XII, Rio de Janeiro, 1849, p. 429 – 510.
- STEWART, Julian H. Culture areas of the tropical forests. In: Handbook of the south american indians, v. 3, n. 143, p. 883-899, 1963.
- TENÓRIO, Maria Cristina. Coleta e processamento e início da domesticação de plantas no Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, p. 259-271.
- TEXEIRA, Dante M. e PAPAVERO, Nelson. *Os primeiros documentos sobre a história natural do Brasil (1500-1511) – Viagens de Pinzón, Cabral, Vespucci, Albuquerque, do Capitão de Gonville e da Nau Bretoa*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.
- TURNER, Jackson Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e Terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Conhecimento e política*. Rio de Janeiro: Boitempo, 1978.
- VON MARTIUS, Karl Philipp. Como se deve escrever a História do Brasil. In. Revista Trimestral de História e Geografia ou jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 24, Rio de Janeiro de 1845.
- WABUA XAVANTE. Projeto Ritos de Passagem: Canto, dança e ritual indígena. 2003. In: *Agência Brasil*. Disponível em <<http://www.radiobras.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2004.
- WAGSTAFF, J. M. (Org.). *Landscape and culture: Geographical and archeological perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- \_\_\_\_\_. Nueva arqueología y nueva geografía”. In Claude Cortez (Org.). *Geografía Histórica*. Cidade do México: Instituto Mora, 1991, pp. 117-133.
- WATERS, Michael R. *The principles of geoarchaeology: A north american perspective*. EUA, Tucson: Ed. da Universidade do Arizona, 1992.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n. 8, p.198-215, 1991.

\_\_\_\_\_. History as Natural History: An Essay on Theory and Method. *Pacific Historical Review*, n. 53, p.1-19, 1984.

WÜST, Irmhild. As aldeias dos agricultores ceramistas do Centro-Oeste brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra brasílica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 321-337.

\_\_\_\_\_. *Continuidade de mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio vermelho-mato grosso*. 1991. 685 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: Tentativas de análise espacial*. 358 f. Dissertação (Mestrado em antropologia social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1983.

Recebido para publicação dia 28 de Novembro de 2007

Aceito para publicação dia 08 de Fevereiro 2008